

A TRANSFORMAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL

1. O Contexto da Educação Básica no Brasil

Nas últimas décadas, o Brasil fez importantes avanços na educação básica, sendo o mais importante deles a universalização do acesso. Entretanto, imensos desafios ainda permanecem para a sociedade no tocante à educação das crianças. Entre eles, **o maior desafio é, sem sombra de dúvida, a melhoria da qualidade da educação básica pública** (do 1º ao 9º ano e Ensino Médio).

Em pleno século 21, oferecemos um dos piores sistemas de ensino do mundo às crianças:

- Apenas 11% dos alunos do 3º ano do Ensino Médio sabem o conteúdo esperado de Matemática, e 28,9%, o de Língua Portuguesa (Todos pela Educação/SAEB/09).
- Pontuamos, dentre os 65 países que participaram do PISA 2009, entre os piores países do mundo quando se trata de educação básica: 57º em Matemática, 53º em Leitura e 53º em Ciências. (PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - 2009).
- 49,8% dos jovens brasileiros de 19 anos não conseguiram concluir o Ensino Médio (Todos Pela Educação/PNAD/IBGE 09). Dos que conseguem concluir, cerca de 10% apresentam um desempenho considerado adequado ao término da sua série.
- 36,6% dos jovens de 16 anos não terminaram o ensino fundamental (até o 9º ano). (PNAD-2009).
- Apenas 14,4% dos nossos jovens de 18 a 24 anos frequentam o ensino superior (PNAD-2009).
- 74% da população brasileira não conseguem entender um texto simples (INAF, Indicador de Analfabetismo Funcional - Instituto Paulo Montenegro).

Os números são estarrecedores e levam à inquestionável conclusão de que, há gerações, estamos afastando da sociedade dezenas de milhões de crianças e jovens brasileiros. A educação de baixa qualidade é tida como a principal causa do alto grau de violência, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e já reflete na estrutural falta de profissionais qualificados necessários para podermos trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Mais grave ainda, do ponto de vista humano, é não proporcionar a milhões de crianças e adolescentes a chance de maximizar o seu potencial, submetendo-os à marginalidade, a subempregos ou a trabalhos manuais de pouco valor agregado, sem lhes dar chance de mobilidade profissional ou social.

Há um consenso entre os especialistas em educação pública de que a prioridade absoluta da educação brasileira deve ser a melhora da aprendizagem nas séries iniciais. Trata-se do investimento mais eficiente, ou seja, para ser medido em termos de resultados apurados, deverá formar os pilares de uma melhor formação de mão de obra, mobilidade social, redução de criminalidade etc.

As melhorias implantadas nos últimos anos pelos governos federal, estaduais e municipais mostram-se tímidas e de caráter “evolutivo”, ou seja, contemplam ações que visam melhorar o sistema existente de forma gradual, sujeitando-se às “realidades” político-partidárias, corporativas e orçamentárias. A evolução do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – de 2007 para 2009 apresentou os seguintes resultados numa escala de zero a 10: no Ciclo I do Ensino Fundamental a média passou de 4,2 para 4,6; no Ciclo II foi de 3,8 para 4,0; e no Ensino Médio, com o pior desempenho, avançou de 3,5 para 3,6. **Nesse diapasão, o país consumirá diversas gerações até reduzir seu enorme déficit educacional e alcançar um nível apenas regular, ainda insatisfatório, de qualidade de ensino.**

Segundo estudo divulgado em julho/2010 e realizado pela Economist Intelligence Unit a partir de dados da própria consultoria, entrevistas com analistas e especialistas e um levantamento feito entre abril e maio/2010 junto a executivos de 536 companhias em 18 países, a educação é o gargalo mais importante que o Brasil precisa superar para realizar o seu potencial econômico.

Como nação, não podemos esperar mais.

1.1 EVENTO PROPOSTAS TRANSFORMADORAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em 25 de maio, último, as entidades signatárias reuniram 12 especialistas em educação pública no Brasil para responder à seguinte questão: *Caso fosse eleito presidente da República ou governador do Estado, quais as cinco grandes ações/iniciativas transformacionais que tomaria para efetivamente resolver o problema da qualidade do Ensino Público Básico a fim de que o país possa atingir os níveis educacionais dos países desenvolvidos até o ano de 2022?*

O grupo de especialistas foi constituído por Cláudio de Moura Castro, Eduardo Giannetti da Fonseca, Eunice Durham, Francisco Soares, Guiomar Namó de Mello, Jamil Cury, Luis Carlos Menezes, Maria Helena Guimarães de Castro, Mauro Aguiar, Mozart Neves Ramos, Reynaldo Fernandes e Ruben Klein.

O objetivo do encontro não era buscar meras sugestões para integrar um programa de governo para o próximo mandato, mas sim propostas ambiciosas e transformadoras, sem as ditas “restrições político-partidárias, orçamentárias ou corporativistas”, para que a nação, em curto espaço de tempo, elimine o enorme fosso existente entre a qualidade da educação básica verificada no Brasil e aquela dos países mais desenvolvidos.

Sob a coordenação da consultoria McKinsey e do jornalista Gilberto Dimenstein, os palestrantes apresentaram suas propostas. Em seguida, realizou-se um debate dos macrotemas abordados em conjunto com os convidados do evento, todos com larga experiência no campo da educação pública.

Entendemos que não existe uma fórmula mágica ou mesmo única para solucionar um problema de tal magnitude. **O país precisa de uma liderança corajosa e eficiente que viabilize uma série de medidas transformadoras, que ataquem os problemas nas suas raízes.** Há diversos exemplos de nações que, em determinada época da sua história, mobilizaram-se para atacar de frente este mesmo problema. Os casos da Coreia de Sul e da Irlanda, na década de 1970, e da Inglaterra e do Chile, nos anos 1990, são bastante conhecidos como exemplos bem-sucedidos. Os EUA realizaram a sua revolução na educação pública na década de 1870, quando os investimentos em educação mais do que dobraram no período de duas décadas. Há evidências de que a China vem realizando um investimento histórico em educação nas últimas décadas. Além disso, há um volume significativo de pesquisas acadêmicas apontando as soluções que efetivamente teriam um impacto positivo na solução desse problema.

Houve uma convergência de prioridades entre os especialistas reunidos quanto às ações que poderiam resolver de maneira efetiva o problema da educação brasileira, mostrando que é menos uma questão de “o que fazer” e mais uma questão de “quem e quando fazer”. Precisamos de uma liderança forte e corajosa para combater os interesses políticos e corporativistas existentes, assim como de continuidade na implantação das políticas adotadas. Precisamos, ainda, de eficiência administrativa no manejo da coisa pública.

As propostas abaixo foram desenvolvidas a partir dessas discussões. As conclusões expostas refletem, em linhas gerais, as posições do grupo, mas pode haver divergências pontuais que são de inteira responsabilidade e autoria das entidades participantes. Para quem quiser conhecer as propostas individuais apresentadas pelos 12 palestrantes, favor acessar o site:

www.parceirosdaeducacao.org.br/evento_propostas

2. UMA VISÃO PARA TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Resumo

O ponto de partida desta “transformação” consiste em uma ampla **mobilização da sociedade em torno do problema da qualidade da educação básica**. Só com a liderança dos novos governantes e participação de todos os setores da sociedade teremos a capacidade para superar os desafios.

Esse objetivo, por sua vez, deve ser viabilizado mediante um ambicioso **Plano multipartidário e plurianual de transformação**, que ultrapasse as tradicionais limitações de mandatos, esferas governamentais e alianças políticas, acompanhado diretamente pelo Presidente da República junto a um **Comitê de Acompanhamento da Reforma Educacional**.

Finalmente, esse plano deverá ser dirigido para **seis macrotemas fundamentais**, sugeridos como as ações de maior impacto a serem realizadas nos próximos anos:

1. Reestruturação da formação e da carreira do magistério;
2. Fortalecimento da liderança e da capacidade de gestão nas escolas;
3. Reforma da estrutura da escola e novos sistemas de ensino;
4. Reforma do Ensino Médio;
5. Criação de um currículo mínimo nacional e aperfeiçoamento das avaliações;
6. Reforço das políticas de investimento.

Mobilização da Sociedade em Torno do Problema da Qualidade da Educação Pública

Entendemos que caberá ao novo líder da nação, aos governadores dos Estados e prefeitos dos municípios liderarem uma ampla mobilização da sociedade em torno da necessidade de se promover uma significativa melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil.

Uma das razões pelas quais o país apresenta um dos piores índices do mundo na qualidade do ensino público é que há certa satisfação da população com a educação pública em geral, na medida em que existem escolas disponíveis para todas as crianças. **A população, em sua maioria (notadamente a menos favorecida e titular do maior número de votos), não reconhece a péssima qualidade da nossa educação.** Isso é comprovado através de diversas pesquisas. Desta forma, a sociedade não exerce a devida pressão sobre as instâncias política, sindical e empresarial para priorizar investimentos neste que consideramos o maior desafio do país.

É responsabilidade das lideranças políticas mobilizar e unir, com apoio de setores da sociedade, a população em volta desse tema e estabelecer um amplo pacto (vide item 2 abaixo) para enfrentarmos com coragem o desafio que se coloca ao Brasil, quebrando paradigmas e superando obstáculos de difícil transposição política. Essa mobilização pode ocorrer através de diversas formas, como, por exemplo:

- Ampla divulgação da real situação da qualidade da Educação Básica no país, alertando a população no sentido de que mudanças de base serão necessárias para corrigir este problema;
- Com a obtenção de apoio da mídia e o acionamento de novos meios de comunicação viral;
- Fortalecendo instituições da sociedade que militem na área de educação, coordenando campanhas esclarecedoras à população e aos formadores de opinião;
- Apoiando associações de pais e mestres das escolas, incentivando os pais e as comunidades a se envolverem mais com a educação dos seus jovens; e
- Mobilizando as instâncias política, sindical e empresarial em torno do tema.

O movimento "Todos Pela Educação" é um grande avanço nesta direção e tem realizado um papel importante para a sociedade. Aprofundar essa conscientização e mobilização será um passo fundamental para a transformação da educação brasileira.

2.1 Plano Multipartidário e Plurianual para a Melhoria da Qualidade da Educação Básica no Brasil

*"A falta de continuidade das políticas educacionais é uma das grandes responsáveis pela grave situação da nossa educação pública."
(Prof. Jamil Cury)*

A Presidência da República e os governadores dos Estados, em conjunto com representantes dos municípios e demais parcelas da sociedade, devem se unir em prol de um **Programa Multipartidário e Plurianual**. Tal programa, com alcance de 20 anos, tem por objetivo a transformação da qualidade da Educação Básica no Brasil, baseada nos principais macrotemas (descritos abaixo).

O detalhamento do plano caberá a um grupo de especialistas em educação que efetivamente tenham tido uma vivência prática e não dogmática das políticas educacionais brasileiras e que sejam conhecedores de políticas de sucesso adotadas por outros países.

Em seguida, este novo Plano deverá ser amplamente debatido e incorporado pela sociedade, com a sua consequente tramitação no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais.

Os signatários de forma alguma subestimam as dificuldades de se elaborar e implantar um plano ambicioso, não dogmático e transformador para a educação pública brasileira. A história do ensino público do Brasil registra diversas situações semelhantes (como, por exemplo, o Manifesto dos Pioneiros de 1932) em que, apesar da solidez das propostas apresentadas, não houve persistência, eficiência, vontade política e continuidade por parte dos nossos governantes para que as mesmas fossem bem-sucedidas.

É nesse sentido que propomos a criação, por lei, de um **Comitê de Acompanhamento da Reforma Educacional**, ligado diretamente à Presidência da República, para acompanhar as iniciativas e os resultados obtidos pelo Plano, propor correções de rumo, dar publicidade aos

erros e acertos das políticas educacionais adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais, bem como dar continuidade às políticas educacionais desenvolvidas pelos governos anteriores, que muitas vezes são interrompidas por interesses político-partidários.

Esse Comitê seria formado por representantes das instâncias política, sindical, acadêmica e empresarial, todos com experiência na questão da educação pública brasileira, e contaria com uma equipe de consultores para acompanhar, de forma independente, a evolução e implantação do Plano. O Comitê reunir-se-ia regularmente com o presidente, governadores de Estado e representantes dos municípios para propor novos caminhos e relatar a eficácia das iniciativas adotadas.

3. SEIS MACROTEMAS FUNDAMENTAIS A SEREM ABORDADOS PELO PLANO

3.1 1º MACROTEMA: REESTRUTURAÇÃO DA FORMAÇÃO E DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Há um consenso em afirmar que a qualificação dos professores é o fator que mais influencia na capacidade dos alunos de aprenderem. Educar depende, em altíssimo grau, do comprometimento, da competência e da dedicação dos recursos humanos envolvidos. O principal desses recursos humanos é o professor.

O professor tem que dominar o conteúdo que ensina, estar habilitado a conduzir atividades em sala de aula para que os alunos aprendam, precisa ser selecionado de acordo com a sua competência e, ainda, ser estimulado a um contínuo aperfeiçoamento para progredir em uma carreira meritocrática.

O magistério público, atualmente, é uma das carreiras menos atraentes, e apresenta dificuldades para atrair bons profissionais em função (I) do baixo salário inicial; (II) da falta de perspectiva na carreira; (III) das dificuldades materiais e do local de trabalho; e (IV) da desvalorização cultural e social da profissão. Além disso, há pesquisas indicando que os melhores professores abandonam a carreira de magistério nos primeiros cinco anos, justamente pelos motivos acima apontados. Por fim, há um consenso de que o curso de pedagogia no Brasil NÃO prepara os professores para a sala de aula, uma vez que adota um currículo defasado e desatualizado.

Além disso, a carreira existente dos professores concursados, que assegura estabilidade empregatícia e desfavorece a meritocracia, tem se mostrado uma enorme barreira para a melhoria da qualidade do corpo docente. Uma abordagem apenas focada no aumento salarial tampouco solucionará as limitações da atual carreira.

Dentro deste contexto, apresentam-se três importantes iniciativas:

3.1.1 – Criação de uma nova carreira paralela e voluntária. Capacitação dos professores da rede em boas práticas nas salas de aula e contínua melhoria salarial.

A atual carreira docente apresenta equívocos lamentáveis que, ademais, são politicamente difíceis de serem sanados. A estabilidade de cátedra torna impossível demitir professores menos qualificados. O progresso na carreira não pode ser apenas por tempo de atuação na área pública e por cursos realizados, uma vez que nem um e nem outro estão estatisticamente associados ao desempenho. Em vez disso, os professores precisam ser avaliados periodicamente, e o cumulativo de tais avaliações deve ter um peso significativo nas promoções. Um problema sério em muitos lugares é a impunidade diante do absenteísmo. Em outros, o excesso de rotatividade dos professores e gestores dificulta qualquer plano de melhoria do ensino. A carreira deve ser estruturada com critérios precisos e eficazes quanto ao desempenho e aperfeiçoamento profissional.

A alternativa que se propõe para efetivamente transformar a carreira do magistério consiste na **criação de uma estrutura paralela e voluntária**. Quem quisesse, inclusive o atual professor da rede poderia optar por ela. A seleção seria mais rígida, o **salário inicial bem mais atraente** (e pode depender da disciplina), as **avaliações frequentes** e os salários baseados em uma parte fixa e outra variável, **dependendo do desempenho (medido pelo aproveitamento escolar dos seus alunos)**. Igualmente, as promoções **seriam respaldadas pelo desempenho** em sala de aula e baseadas em claros padrões de excelência conhecidos sobre o que significa ser um "bom" versus um "excelente" professor. As contratações seriam via **CLT**, portanto sem garantia de estabilidade. Ao cabo de algumas décadas, esse sistema substituiria o vigente hoje.

A nova carreira deveria, além disso, ter um **estágio probatório** efetivo, no qual os novos professores recebam treinamento e sejam acompanhados por professores mais experientes; com isso, espera-se que possam efetivamente desenvolver-se antes de assumirem, sozinhos, suas salas de aula (como numa residência médica). Ao final do estágio probatório, deveria ser realizada avaliação para que os profissionais que nesse período mostrarem conhecimento, habilidades, competências e aptidões necessárias para ingressar na carreira sejam contratados. Inúmeros exemplos internacionais bem-sucedidos existem desta prática, que já é permitida pela legislação brasileira.

A **alocação dos professores** por sala de aula também deverá ser proativamente realizada, criando incentivos para que os melhores mestres atuem nas classes mais desafiadoras (ao contrário do que infelizmente ocorre hoje, quando as classes mais difíceis "sobram" para os professores menos experientes).

A **capacitação** dos professores, gestores e pessoal de apoio terá de ser **permanente** durante toda a carreira do profissional e voltada para a realidade da sala de aula, do laboratório, da gestão da escola, da biblioteca, do ambiente escolar. Devem ser oferecidos aos professores materiais estruturados, com práticas de gestão em sala de aula, e conteúdo nos moldes dos bons sistemas de ensino, proporcionando assim sua evolução.

Finalmente, instrumentos valiosos para atração de melhores talentos à carreira são o Programa Universidades para Todos (ProUni) e o Crédito Educativo, no lado financeiro. Se forem oferecidas vantagens financeiras para matriculados nos cursos de formação de professores, certamente serão atraídos para eles alunos mais talentosos. Para definir níveis de competência acadêmica, o ENEM pode vir a ser um instrumento privilegiado. Dessa forma, é possível atrair candidatos melhores, seja para o sistema público, seja para o privado. Essa proposta exigirá uma Emenda Constitucional.

Em resumo, esta nova carreira passa, entre outras coisas, por:

- Melhores salários iniciais para atrair melhores profissionais para a carreira;
- Seleção mais criteriosa (concursos e processos de certificação inicial);
- Avaliações frequentes e meritocracia (para promoções e remuneração);
- Facilidade para desligamento de professores com perfil inadequado;
- Estágio probatório focado no aperfeiçoamento do jovem profissional e seleção dos profissionais adequados;
- Alocação inteligente dos professores por sala de aula;
- Incentivos para a fixação dos professores em uma só escola;
- Capacitação permanente dos professores, com fornecimento de materiais estruturados; e

- Incentivos financeiros para atração de jovens bem-capacitados.

Capacitação Continuada dos Professores da Rede

Enquanto se implanta essa **nova carreira** do magistério, **torna-se imprescindível valorizar o trabalho desenvolvido por professores que hoje atuam na rede** oferecendo-lhes a oportunidade de capacitação continuada pela Secretaria e Universidades públicas, melhoria salarial e crescente premiação por mérito. É fundamental que a capacitação dos professores seja focada em práticas de sala e aula, com base nas habilidades exigidas nas avaliações nacionais e internacionais.

3.1.2 – Reforma das Faculdades de Educação e Revitalização dos Institutos Superiores de Educação

Há hoje forte consenso acerca das deficiências nas universidades que formam professores. Tais falhas são responsáveis, em boa medida, pela má qualidade do ensino. Podemos apontar quatro deficiências dos cursos de formação:

- (I) *Os futuros professores não aprendem corretamente aquilo que vão ensinar.* Há pouca ênfase no conteúdo e no currículo que deverão transmitir aos seus alunos.
- (II) *Não aprendem a dar aula ("como ensinar"),* ou seja, não são expostos às técnicas e práticas de que cotidianamente necessitarão para lidar com seus alunos.
- (III) *Gastam um tempo excessivo com teorias abstratas.* Jamais aprendem a usá-las no cotidiano, apenas ouvem e memorizam palavras e formulações longínquas do mundo real.
- (IV) *Gastam também muito tempo em discussões ideológicas e leituras sobre sistemas sociais.*

Vale enfatizar que essas deficiências nos cursos de formação de professores constituem-se hoje num dos obstáculos ao avanço da educação de qualidade. É impossível subestimar a importância dramática dessa falha. Para se ter uma idéia, em países como Reino Unido e Nova Zelândia, a carga horária sobre "como ensinar" fica entre 70-80% do tempo total. No Brasil, o "como ensinar" não chega a 40%, dedicando-se mais tempo a discussões teóricas sobre "o ensinar".

Os estágios, que seriam a última chance de aprender a ser professor em sala de aula, são ineficazes e quase fictícios. Assim como é inconcebível um médico tratar pacientes sem haver feito internato e residência, o que sabe um professor sobre manejo de sala de aula, se não praticou antes, com uma supervisão adequada? O resultado é que seus alunos, nos primeiros anos de trabalho, são cobaias e vítimas do seu despreparo. Difícil imaginar um cenário pior.

É necessária uma revolução nas faculdades de educação e no seu currículo. Os alunos, futuros professores, precisam aprender bem os conteúdos e precisam menos teoria e mais didática aplicada à sala de aula.

Nesse sentido é preciso:

- Estabelecer um currículo básico nacional para os programas de formação em pedagogia e nas licenciaturas;
- Adequar os critérios do sistema de avaliação do MEC e da CAPES para cursos de formação de professores; e
- Implantar um programa nacional de residência docente, de um ano de duração, com bolsas para os formandos, supervisão real dos estágios com ênfase em manejo de classe e técnicas modernas de ensino e monitoramento eficiente.

Outra solução criativa muito utilizada é a criação de caminhos alternativos para a formação de um professor, como, por exemplo, a flexibilização dos critérios para conversão de um bacharel em outra disciplina em um professor de educação básica. Outro exemplo seria a criação de uma "residência educacional" bem supervisionada com ênfase no manejo de classe e técnicas modernas de ensino (como na reforma educacional de Boston, EUA).

Atualmente, como a carreira de professor tem atraído alunos de nível econômico mais baixo entre os que ingressam no Ensino Superior, eles não têm meios de pagar mensalidades que garantam um ensino minimamente razoável. As soluções aqui não chegam a ser difíceis, dada a existência do programa federal de crédito educativo e do ProUni. Basta criar facilidades e vantagens para quem optar por matricular-se em escolas que preparam professores. Hoje, o ProUni atrai alunos que, na média, mostram desempenho superior ao dos alunos pagantes. Não há por que imaginar que tal programa não possa também atrair bons candidatos para o magistério.

Por último, precisamos de alunos bem-preparados de todos os níveis socioeconômicos, e que tenham oportunidades de realizar bons cursos de professores em escolas públicas ou privadas. Só poderemos dizer que a carreira de professor está valorizada pela sociedade quando atrair alunos de todos os níveis socioeconômicos (e não só das camadas mais baixas, como hoje).

3.1.3 – Campanha nacional e marketing viral para valorização da função do professor e valorização da escola

Por último, é fundamental que recuperemos a imagem da profissão junto à sociedade e a autoestima dos docentes para atrairmos e mantermos os melhores professores dentro da carreira.

A proposta reside em desenvolver uma campanha nacional de valorização dos professores, para que voltem a ganhar o status que tinham no início do século 20 e aquele verificado, hoje, nos países com os melhores desempenhos nas avaliações mundiais. Países como Singapura e Inglaterra fizeram (e fazem continuamente) grandes esforços de marketing e relações públicas para projetar a profissão na sociedade. A Inglaterra conseguiu em cinco anos, a partir de reformas estruturais e massiva divulgação, levar a profissão de professor da 90ª posição entre as profissões mais desejadas dos estudantes de Ensino Médio para o 5º lugar. Abaixo, alguns exemplos de campanhas de valorização.



A carreira do professor será valorizada quando oferecer bons salários, contar com bons profissionais nas universidades que ensinem os seus alunos e quando atrair alunos qualificados de qualquer nível socioeconômico para o magistério. No entanto, a campanha de valorização dos professores é fundamental para atrair novos talentos e elevar a imagem da carreira na sociedade.

3.2 2º MACROTEMA – FORTALECIMENTO DA LIDERANÇA E DA CAPACIDADE DE GESTÃO NAS ESCOLAS

Muitas pesquisas internacionais confirmam que uma liderança capacitada nas escolas produz efeitos extremamente positivos no aprendizado. Liderança capacitada significa, em especial, diretores de escola que conseguem comandar a discussão pedagógica com foco na aprendizagem dos alunos (que é a atividade-fim de qualquer escola) e, ao mesmo tempo, gerir profissionalmente a administração.

Para fazer isto de forma efetiva, a liderança da escola precisa ter as capacitações e também a autonomia para as decisões-chave. Hoje, em média, os diretores de escolas brasileiras estão carentes nas duas dimensões: falta capacidade/competência e falta autonomia. Eles não têm, praticamente, poder algum sobre a escola e a manutenção do seu corpo de professores. Têm muito poucos recursos discricionários para obras e iniciativas próprias. Em contraste, têm total impunidade para produzir resultados fracos ou escandalosos.

É indispensável, portanto, que se promova a autonomia da gestão escolar. Aumentar o poder das direções na escolha de sua equipe profissional e destinar recursos financeiros em função de planos de melhoria de resultados, com metas pactuadas segundo o currículo mínimo estabelecido, são formas de incrementar a autonomia com responsabilidade das unidades escolares e incentivar a gestão escolar para resultados. Caberá aos sistemas criar mecanismos de incentivos positivos e negativos para os melhores e piores resultados.

Em boa medida, a reforma inglesa de uma década atrás adotou essa linha, com excelentes resultados: o diretor tem autonomia, mas no fim do ano é avaliado pelo aproveitamento pedagógico dos seus alunos dentro de um currículo muito bem definido. Obviamente, a autonomia só pode ser dada após a capacitação e, portanto, é uma medida gradual, em que primeiro viria a revitalização do cargo e só na sequência a maior autonomia.

A carreira do diretor deve ser reestruturada dentro dos seguintes moldes:

3.2.1 – Remuneração Compatível com a Maior Responsabilidade

O trabalho de um diretor é árduo. Portanto, para atrair os melhores é preciso oferecer vantagens salariais consideráveis (e não marginais à remuneração de um professor, como hoje ocorre em grande parte do Brasil).

3.2.2 – Aperfeiçoar os Processos de Seleção dos Diretores

A eleição pura se revelou pouco melhor do que as indicações políticas. Mas processo seletivo, contrato de gestão, capacitação do diretor de acordo com o perfil desejado e sistemas mistos oferecem algumas esperanças de sucesso, como indicado por pesquisas recentes. Para ser um bom diretor não basta ter sido um bom professor – é necessário, porém não suficiente. É preciso identificar os profissionais com melhor perfil de liderança e gestão.

3.2.3 – Investir na Capacitação dos Diretores, Tanto da Parte de Liderança Acadêmica Quanto de Gestão

Na maioria dos Estados brasileiros um diretor inicia a profissão completamente despreparado, apenas contando com sua experiência pessoal como professor. É necessário criar mecanismos para formar diretores, para trabalhar as questões em três níveis de liderança: pedagógica, administrativa e financeira. Ele tem de ser o exemplo ao conduzir o trabalho de dezenas de professores e ser um bom gestor nas demais áreas de uma escola (que têm muitas características de uma pequena empresa).

Países com sistemas de ensino de sucesso investem fortemente na capacitação de seus diretores. Em Singapura, por exemplo, todo novo diretor tem que passar seis meses em treinamento antes de assumir a direção de uma escola. Na Inglaterra foi criado o NCSL (National College for School Leadership), apenas para formar diretores.

A proposta em questão é o desenvolvimento de programas e potenciais instituições de formação de diretores para garantir o salto de qualificação como gestores antes de ganhar autonomia.

3.2.4 – Eliminar a Enorme Carga de Administração, Para Que o Diretor se Concentre no Ensino

Para lidar com os milhares de assuntos administrativos, as escolas deveriam ter funcionários selecionados e treinados para isso. O diretor precisa se concentrar no pedagógico: este tem que ser seu foco principal. É também necessário reduzir a burocracia nas comunicações com as secretarias e com o MEC. Uma alternativa para isto utilizada em muitos países é criar cargos de lideranças auxiliares ao diretor, como um gerente administrativo. Hoje o vice-diretor poderia ocupar essa função de auxiliar do diretor, mas para isso é preciso redefinir a sua função e suas responsabilidades. Outra alternativa é a intensificação do uso da internet e portais, com a definição dos processos mais eficientes e adequados.

3.2.5 – Dar ao Diretor Poder e Ferramentas Necessárias Para, de Fato, Governar a Sua Escola

Se o diretor não escolhe, não premia, não pune e não decide em questões relevantes para o ensino, como pode se esperar um bom desempenho? Não se trata de dar-lhe poderes soberanos, mas é preciso avançar nas mesmas direções trilhadas por países bem-sucedidos.

3.2.6 – Melhorar a Qualidade da Interface da Escola com as Secretarias e Diretorias de Ensino

Há problemas crônicos de comunicação entre as escolas e as Diretorias de Ensino e Secretarias clamando por soluções simples, drásticas e inteligentes. Merece apoio, por exemplo, a proposta de que o diretor deva receber um contrato de gestão. Ou seja, a Secretaria de Educação definirá quais serão suas metas do ano, ele terá acompanhamento/monitoramento pelas Diretorias de Ensino e será cobrado, avaliado e premiado/punido por elas.

3.2.7 – Integração entre Escola, Família e Comunidade por uma Educação de Qualidade

Ao refletirmos sobre uma educação de qualidade temos em mente a relevância da interação entre escola e família. Há provas inequívocas de que a participação da família e da comunidade são fatores relevantes na qualidade da educação.

Nesse sentido, propomos que todas as escolas, em um curto período de tempo, capacitem e mantenham um professor comunitário. Esse profissional será o

responsável por aproximar a família e a comunidade da escola, fortalecendo a atuação da APM.

Os professores comunitários devem ser formados com o objetivo de integrar os diversos potenciais locais e fomentar o estabelecimento de redes sociais, tendo como eixo a educação integral dos sujeitos, com ênfase na participação das famílias no processo educativo dos estudantes. A atuação desse profissional é fundamental para o sucesso da integração comunidade-escola, pois, em uma era que exige aprendizagem permanente, o professor ajuda a organizar o elo com espaços educativos da cidade. Assim, é possível tirar o maior proveito possível das mais diversas possibilidades que ajudem na formação dos alunos.

Suas principais atribuições seriam:

- Promover a participação das famílias e da comunidade no cotidiano das escolas e das escolas no cotidiano da comunidade.
- Promover a utilização dos recursos da cidade em geral e da comunidade em particular.
- Intensificar as vivências comunitárias, fortalecendo a noção de pertencimento da comunidade envolvida no processo.
- Desenvolver projetos/trilhas educativas que contemplem os potenciais educativos da cidade e da comunidade como espaço de aprendizagem.

Esse projeto tem por objetivo final transformar o território em uma comunidade de aprendizagem onde todos participam, podem aprender e ensinar. Compreende-se, assim, que a educação não é tarefa única da escola, mas responsabilidade conjunta de todos, e que ela não é restrita às fases da infância e juventude, mas um processo formativo e de aprendizagem que acompanha o sujeito ao longo de toda sua vida.

A escola deverá promover as reuniões de pais com o objetivo de orientá-los sobre como apoiar e incentivar seus filhos a estudar, como criar hábito de estudo, como acompanhar o dever de casa e o desempenho de seus filhos na escola.

3.3 3º MACROTEMA – REFORMA DA ESTRUTURA DA ESCOLA E NOVOS SISTEMAS DE ENSINO

A simples melhoria do atual modelo de escola, mesmo com aumento de horas de aula, redução do número de alunos por classe e infraestrutura mais adequada, pode levar o país a apresentar ganhos em termos de aproveitamento escolar, mas certamente ainda nos colocará bem abaixo dos países desenvolvidos, ou mesmo dos países em desenvolvimento que estão priorizando a educação, como a China. Essa mera melhoria da atual estrutura escolar não nos proporcionará o salto qualitativo almejado para um país que pretende se tornar a quinta maior economia do mundo em 20 anos. **Há que se formular “um plano mais ambicioso e corajoso no sentido de pensar” na nova escola para darmos um efetivo salto de qualidade, tendo em vista preparar nossos alunos para o Século 21.**

Uma nova escola de qualidade implica focalizar a questão da educação infantil, ampliar o número de horas na escola, as atividades extracurriculares no contraturno da escola, ter bons professores continuamente formados e boa gestão escolar, entre outras ações. Essas são políticas já adotadas nos países desenvolvidos que apresentam os melhores resultados nas avaliações internacionais.

Dentro deste contexto, quatro grandes diretrizes se destacam:

3.3.1 – Educação Infantil de Qualidade

Há evidências, sobretudo nos Estados Unidos, mostrando que os efeitos de uma boa Educação Infantil são substanciais e duradouros no desenvolvimento das crianças. Daí as inúmeras propostas de expandir a sua matrícula.

Segundo a PNAD 2008, cerca de 70% das crianças brasileiras acima de 4 anos já estão matriculadas na Educação Infantil, o que mostra um avanço no acesso. Entretanto, o que sabemos é sobre o impacto positivo da Educação Infantil *de qualidade*, que não é o caso do que vem sendo feito no Brasil. Não existe avaliação nem acompanhamento, e muitas destas escolas e creches são meros depósitos de crianças, que podem estar produzindo um grande dano na formação delas.

A proposta consiste em desenvolver padrões de qualidade e sistemas de acompanhamento e avaliação das creches e escolas infantis, bem como estabelecer um programa de priorização da formação em Educação Infantil nas regiões mais necessitadas, onde a criança não tem apoio familiar adequado.

Há que se fazer uma ampla análise das áreas mais necessitadas (em que as mães trabalham e os filhos ficam desassistidos boa parte do dia), definir um programa-base para o período em que as crianças irão permanecer na Educação Infantil, capacitar os educadores e coordenadores e definir um plano de investimento para que, em até 10 anos, todas as crianças tenham acesso a uma educação infantil de qualidade.

3.3.2 – Ampliar o Número de Horas dos Alunos na Escola – Escola de Período Semi-Integral

"Uma das únicas variáveis da escola que afetam consistentemente o desempenho do aluno é o número de horas-aula, ou seja, o tempo que o aluno permanece na escola. Assim, uma política educacional que poderia ter um efeito grande de aumentar a qualidade do ensino seria a de aumentar o número de horas-aula..." (Os Determinantes do Desempenho Escolar do Brasil - Naércio Menezes Filho - Instituto Futuro Brasil, Ibmec-SP e FEA-USP)

Pesquisas mais recentes no Brasil e nos Estados Unidos, bem como a experiência de algumas escolas-modelo americanas, evidenciam que a ampliação do número de horas dos alunos em sala de aula e na escola, com bons professores e atividades adequadas, proporciona enorme impacto no aproveitamento escolar dos alunos. Com as escolas de período semi-integral as crianças apresentam um aproveitamento maior em termos educacionais, além de proporcionar tranquilidade às famílias (principalmente das periferias das grandes cidades), no sentido de que seus filhos não estariam expostos às ruas e possível envolvimento com a criminalidade e as drogas.

A Europa (com exceção da Alemanha, que está atualmente debatendo este mesmo tema) e os EUA incorporam, há mais de 100 anos, a estrutura da escola de período semi-integral (EPSI) (das 8h às 15h) para todo o universo dos seus jovens. As experiências exitosas nos EUA (vide www.kipp.org) e em países asiáticos apontam para um incremento ainda maior do número de horas por dia da criança na escola para proporcionar um nível educacional adequado ao nosso tempo.

A experiência de escolas de Ensino Médio em tempo semi-integral/Procentro, lideradas pelo empresário Marcos Magalhães, através do ICE - Instituto de Co-responsabilidade pela Educação - também apontam para o sucesso de escolas de período semi-integral em nosso país. Os resultados apresentados pelas mesmas superam significativamente os resultados das demais escolas públicas (vide resultados do ENEM e acessos de jovens a universidades), a um custo *per capita* bastante razoável – custo esse similar ao que se gasta em países latino-americanos como Chile e México.

Há no Brasil mesmo outros exemplos de EPSIs, algumas exitosas e outras menos. Para analistas e estudiosos do tema, a explicação do sucesso ou fracasso deve-se à falta de planejamento, infraestrutura e profissionais adequados para implementar-se o que seria uma verdadeira (e necessária) revolução na estrutura de ensino do brasileiro.

Nossa proposta consiste no desenvolvimento de um plano de longo prazo para que, no espaço de 20 anos, pelo menos 80% da população de alunos matriculados na Educação Básica do país tenham acesso a escolas de período semi-integral. Este plano deverá (I) definir uma nova grade para a EPSI, com o contraturno sendo utilizado para reforço escolar, práticas esportivas e atividades culturais, (II) priorizar a abertura de EPSIs em comunidades mais carentes, onde justamente as crianças não têm o apoio familiar adequado para as horas que passam fora da escola; e (III) formar profissionais e profissionais habilitados a atuar no contraturno das EPSIs.

3.3.3 – Viabilizar a Existência de Escolas Públicas com Gestão Autônoma no Brasil

Em diversos países existem políticas de gestão privada do ensino público, como é o caso de Chile, EUA, Inglaterra e outros. A gestão pode incluir escolas ou redes de ensino. O problema mais crítico, no Brasil, é a gestão das escolas públicas e das suas redes de ensino.

É preciso promover o debate, fomentar e propor normas para facilitar experiências de gestão autônoma na Educação Básica, realizada por instituições não governamentais, com financiamento público, por aluno, equivalente ao custo praticado no sistema de ensino ao qual estiver vinculada.

Já existem no Brasil iniciativas bem-sucedidas – de acordo com avaliações nacionais – de parceria entre o setor público e instituições privadas para melhoria da qualidade do ensino em escolas públicas. Algumas dessas iniciativas chegam a graus significativos de intervenção privada na gestão do sistema ou da escola, com resultados satisfatórios no desempenho dos alunos. Existem também redes de ensino, como a Fundação Bradesco, que é voltada à população menos favorecida, com custos competitivos, larga escala e excelentes resultados.

O que se propõe é incentivar a criação de arcabouços institucionais e normativos para regular os diferentes graus de participação de instituições não governamentais, com e sem fins lucrativos, na gestão de escolas ou sistemas de ensino público – da parceria à completa responsabilidade (as “*charter schools*”) – e para estabelecer indicadores de monitoramento dos resultados e auditoria dos recursos alocados. A simples existência dessas escolas promoverá uma saudável concorrência construtiva com as demais escolas da rede pública e proporcionará mais uma alternativa de educação gratuita à população em geral (vide exemplo recente da cidade de Nova Iorque, que decidiu ampliar ainda mais a abertura de novas “*charter schools*”, apesar da resistência do sindicato de docentes).

Para tanto, é necessário expandir o FUNDEB para que escolas privadas (tradicionais ou “*charter schools*”) possam receber recursos públicos por aluno matriculado. Os alunos matriculados nessas escolas seriam tratados como alunos em escolas públicas e, assim, teriam que ter o mesmo tratamento por parte do Estado (os mesmos critérios para seleção, avaliação, recebimento de materiais etc.). Vale notar que um sistema misto (financiamento público e gestão não governamental) já existe na Saúde (SUS) e no Ensino Superior (ProUni).

3.3.4 – Estimular Programas de Reforço do Aprendizado, Aceleração de Estudo e Correção de Fluxo Escolar.

Um dos grandes aprendizados que podemos tirar da Finlândia é a sua política de cuidar dos alunos com dificuldades de aprendizagens, não permitindo que alguns se distanciem do resto da turma. Essa é claramente uma idéia a ser aproveitada, sobretudo nas escolas com piores

resultados: ser permanente o acompanhamento do aluno e conseqüente reforço de aprendizado para os alunos com dificuldades.

A proposta é que se prepare, no plano nacional, um programa que possa ser implementado nos Estados e municípios a fim de capacitar os docentes e os diretores de escola para a execução do acompanhamento individual do desempenho do aluno, e conseqüente reforço do aprendizado, os quais deverão ser permanentes. Este programa deve contemplar desde a formação dos docentes até as implicações práticas na gestão da escola para se realizar as ações. Vale notar que já existem programas testados e com bons resultados que serviriam como base inicial para este esforço (vide Programa Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna).

3.4 4º MACROTEMA – REFORMA DO ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio sofre hoje no Brasil de males seríssimos. Há problemas de abrangência da rede, de currículo, de forma de atendimento ao aluno, de falta de professores em diferentes disciplinas, de excesso de faltas ao trabalho por parte dos professores, com sérias conseqüências em termos de desempenho dos alunos e de evasão.

Em termos de cobertura, menos da metade daqueles jovens que deveriam estar neste nível (o grupo entre 15 a 17 anos) podem ser aí encontrados. Parte ainda está no Fundamental e quase 20% estão fora da escola (PNAD 2008).

Quanto ao tipo de currículo, observa-se que não chega a 10% o percentual dos alunos que cursam o ensino profissionalizante. Em outras palavras, mais de 90% de nossos jovens estão sendo "preparados" para uma universidade na qual a maioria não pisará.

Por outro lado, mais de 40% do atendimento do Ensino Médio regular (não se trata de EJA) é realizado no turno da noite embora apenas aproximadamente 20% dos jovens entre 15 e 17 conjuguem escola com trabalho (Censo escolar de 2009).

Outro dado preocupante, que afeta diretamente os alunos do Ensino Médio, é a crescente falta de professores para disciplinas fundamentais (Física, Química, Matemática). Ainda outro fator observado em pesquisa é a falta de atratividade da carreira, que faz com que apenas 2% dos alunos de Ensino Médio se mostrem interessados em seguir o magistério.

A conseqüência da combinação desses fatores está por trás de um processo de abandono, segundo o qual perdemos a metade de nossos alunos. Dos 3,6 milhões de jovens que se matriculam na primeira série deste nível, somente a metade (1,8 milhão) consegue concluir a terceira série. Dos que conseguem concluir, cerca de 10% apresentam um desempenho considerado adequado ao término do Ensino Básico.

Em resumo, poderíamos afirmar que o Ensino Médio no Brasil apresenta as seguintes limitações:

(I) *É difícil demais e os currículos excessivos.*

(II) *Falta aplicação, sobra abstração.*

(III) *Oferece um cardápio único para todos (Ensino Médio), embora receba alunos de níveis muito diferentes e com futuros e objetivos distintos.*

(IV) *Está perdido com excesso de papéis.* Precisa preparar para o Ensino Superior, com seus exames de entrada, e ao mesmo tempo precisa preparar para o mundo do trabalho. Diante de tantos desafios, não atende bem a nenhum.

As seguintes diretrizes são aqui propostas:

3.4.1 – Reduzir o Número de Disciplinas Obrigatórias, Aumentar as Eletivas e Flexibilizar a Oferta

Há que se redesenhar a arquitetura do sistema de EM: diversificar e flexibilizar a oferta; reduzir o número de disciplinas obrigatórias (para, no máximo, 2/3 do currículo), aprofundar o aprendizado dos conceitos fundamentais; oferecer disciplinas eletivas que motivem os alunos, como tecnologias, informática, estudo de línguas etc.

Os programas do Ensino Médio são longos e difíceis. Sem dúvida, estão muito acima da capacidade de absorção da maioria dos alunos (curiosamente, o currículo do EJA é bem mais curto). Em contrapartida à redução, faz sentido aumentar a profundidade do aprendizado dos conceitos fundamentais.

Igualmente, é preciso aproximar o curso do mundo real. No nível de rarefação em que é oferecido, desmotiva os alunos e não permite um real domínio do que está sendo ensinado, pois não há a imprescindível contextualização. Disciplinas como Tecnologia e Empreendedorismo caminham na direção certa. Essa é a primeira providência para diferenciar os currículos, de acordo com o perfil do aluno, do tipo de escola e da geografia. Se forem poucas as obrigatórias, cada escola pode diferenciar seu currículo.

3.4.2 – Oferecer a Mesma Disciplina com Níveis Diferentes de Dificuldade, Para Atender à Variedade da Clientela

Alguns alunos precisam aprender equações do 3º grau, para passar em vestibulares muito competitivos. Outros ganhariam muito mais gastando seu tempo com ferramentas matemáticas mais simples e de maior utilidade prática. Para muitos, é preciso contextualizar tudo. Outros vivem bem no mundo da abstração pura. Portanto, é preciso permitir e estimular que o mesmo assunto seja ensinado com níveis diferentes de exigência e de abstração.

Repare-se que as “*high schools*” americanas fazem exatamente isso. Em estilo diferente, mas com o mesmo resultado, o ensino secundário europeu tem muitas alternativas, umas mais e outras menos profissionalizantes. Cada modalidade ensina, por exemplo, matemática com um nível diferente de abstração e dificuldade.

É preciso ter currículo mínimo para todos, definir o que todos precisam saber de matemática e um currículo diferenciado para os que vão para o Ensino Superior nas exatas ou tecnológicas ou para cursos técnicos.

3.4.3 – Criar Mecanismos de Interface entre o Ensino Médio e o Ensino Profissionalizante de Forma que os Mesmos Possam se Articular e Complementar

As escolas acadêmicas não têm afinidades ou proximidade com o ensino de profissões e com as inevitáveis mudanças de perfil ocupacional oferecido, como consequência das flutuações dos mercados de trabalho. Além disso, a legislação acadêmica dificulta ou impede a contratação de profissionais com experiência de mercado nos cursos profissionais. Daí ser mais vantajoso manter nas escolas acadêmicas apenas as áreas que estão na fronteira do profissional com o acadêmico, como informática, práticas de escritório, economia aplicada, educação financeira etc.

Assim, é preciso promover a clara separação da oferta do EM e do Ensino Técnico de nível médio, garantindo a articulação entre os dois tipos de formação, assim como contar com bons centros profissionalizantes especializados em diferentes áreas onde os alunos interessados possam fazer a baldeação de sua escola para esses centros com transporte gratuito ou com vale-transporte. Como estímulo, oferecer “*vouchers*” (ou ProUni) aos alunos de EM interessados em cursos técnicos e incentivar parcerias com municípios, Sistema S etc.

3.4.4 – Estabelecer Outros Nexos Entre Educação e Trabalho

O estabelecimento de nexos entre a vida escolar e o mundo do trabalho pode ser fator crucial para que o jovem perceba o significado do investimento em sua educação. Além das formas já propostas de integração entre o EM e o profissionalizante, propõe-se a criação de um programa de monitoria no EM, a exemplo do que já existe no nível superior. Esse seria um programa que possibilitasse a atuação dos jovens em sua própria escola, funcionando como monitores de professores em laboratórios de informática e ciências, em bibliotecas, nas atividades esportivas ou nas próprias classes das diferentes disciplinas. O programa garantiria uma bolsa, a ser repassada ao próprio jovem, em função de tarefas definidas de forma a não prejudicar seu desempenho escolar.

Outra possibilidade seria a utilização da Lei do Aprendiz como forma de manutenção do jovem na escola. Um abrangente programa, baseado nessa lei, poderia garantir aos alunos de Ensino Médio, a partir da segunda série, uma experiência profissional na condição de aprendizes, com contratos de trabalho de apenas quatro horas, de forma a garantir que não precisassem estudar no noturno. A condição de permanecer na escola, aliada a uma real experiência no mundo do trabalho formal, poderia ser um importante fator de conclusão do Ensino Médio.

3.4.5 – Caminhar Progressivamente Para um Exame de Saída do Ensino Médio

Todos os países europeus têm um exame de saída do Ensino Médio, e há evidências de seu impacto positivo. Não seria viável implantar tal exame do dia para a noite; sua implantação deve ocorrer de maneira progressiva. Neste contexto, deve ser feita uma separação do ENEM, diferenciando um exame baseado no currículo de competências comuns (básico) e outro orientado para o vestibular.

3.4.6 – Aumentar Oferta de Ensino Médio Diurno e Oferecer EJA Profissionalizante nos Períodos Noturnos

É necessário aumentar a oferta de Ensino Médio diurno para atender aos alunos que não trabalham e que frequentam o ensino noturno. Assim, será possível oferecer no período noturno o EJA profissionalizante para alunos mais velhos e Ensino Médio para alunos com defasagem escolar (idade/ série).

3.5 5º MACROTEMA – CRIAÇÃO DE UM CURRÍCULO BASE NACIONAL E APERFEIÇOAMENTO DAS AVALIAÇÕES

3.5.1 – Criação e Unificação do Currículo Base Nacional

De acordo com a legislação vigente, cabe ao Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelecer diretrizes curriculares e ao Ministério da Educação (MEC) apoiar os sistemas de ensino público na elaboração de currículos que obedçam às diretrizes e, ao mesmo tempo, satisfaçam as características da região e as necessidades de populações escolares muito heterogêneas. É preciso que a União – MEC e CNE – coordene um trabalho capaz de rever, se necessário, as diretrizes existentes e de torná-las mais claras para que os sistemas de ensino possam transformá-las num currículo. Nesse processo, é fundamental que o MEC fortaleça os

governos estaduais para o trabalho de coordenação dos municípios de seu território. Além disso, é sabido hoje que muitos Estados e municípios fizeram sua parte na elaboração de seus próprios currículos, o que não pode ser ignorado. Mais ainda, o atual CNE também está revendo suas diretrizes e elaborando outras; enfim, há uma intensa movimentação nesse campo. Portanto, não é preciso partir do zero, pois, até para anular é indispensável saber o que está acontecendo.

A proposta consiste em:

- Partindo do que já existe, coordenar a elaboração de padrões curriculares básicos, explicitando com clareza as habilidades e competências esperadas por série/ano para o Ensino Fundamental e estabelecer padrões ou expectativas de aprendizagem ao final de cada Ciclo, que possam servir de referência **obrigatória** tanto para os currículos a serem construídos pelos Estados e municípios como para as avaliações nacionais. Fortalecer a participação do Estado para dar assistência técnica aos municípios de seu território a fim de iniciar um processo de construção de competência local para a gestão pedagógica.
- A concessão de um selo de qualidade para materiais e currículos produzidos pelo poder público ou por empresas privadas. O MEC tem a função de avaliar os materiais existentes, conferir-lhes um selo de qualidade, elaborar editais de chamada para financiar estudos sobre currículo e avaliação.
- A elaboração de material pedagógico produzido com as novas tecnologias educacionais utilizadas no ensino à distância e estruturado conforme as diretrizes curriculares dos diferentes anos/séries, para ser utilizados presencialmente nas salas de aula, como é feito na Coreia. Esta iniciativa é particularmente importante para as disciplinas da área de Ciências e Matemática, na qual não há número suficiente de professores habilitados. Ela envolveria o treinamento tanto dos professores como dos monitores para a utilização do material disponível.

3.5.2 – Criação de uma Avaliação Nacional com Provas no 3º Ano do Ensino Fundamental para Medir Letramento em Português e Matemática

Há que se **“fechar a torneira” do analfabetismo**. Se, por um lado, o Brasil hoje forma dez mil doutores por ano e encontra-se na 15ª posição do *ranking* da produção científica mundial, por outro lado observamos crianças, ao término da 3º ano, que não aprenderam o que seria esperado delas em Língua Portuguesa, simplesmente porque não foram alfabetizadas no tempo certo.

Para isso, é necessário ter instrumentos confiáveis de medição e acompanhamento, que possam ser usados pelas escolas e mestres para evitar que se descubra no 5º ano que o aluno ainda não sabe ler. Uma possibilidade é estender o SAEB/Prova Brasil para o final do 2º e 3º ano, quando se espera que elas tenham concluído o 1º ciclo de alfabetização. Associa-se a essa criação a necessidade de um **monitoramento** de cada criança ao longo desse ciclo, para permitir aos professores identificarem os alunos que começam a ficar para trás e agir rapidamente junto a eles. As experiências de SP e MG, que seguem a escala do SAEB/Prova Brasil para avaliar alunos ao final do 3º ano, podem ser potencializadas e seus resultados positivos já aparecem no IDEB 2009.

3.5.3 – Aprofundamento da Cultura de Medição de Desempenho e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Avaliação IDEB e PROVA BRASIL

A continuidade das boas políticas implementadas nos últimos anos é também crucial para a transformação da Educação. **Uma das grandes evoluções dos últimos anos que precisa ser mantida é o início de uma cultura de medição e acompanhamento do**

desempenho dos alunos. Conseguir medir sistematicamente e de forma abrangente o desempenho dos alunos nos diversos pontos da sua educação básica, nos 3º, 5º, 9º do Ensino Fundamental, e a universalização do ENEM, tornando-o obrigatório ao final do Ensino Médio, é absolutamente fundamental. Os resultados destas avaliações deveriam servir de instrumento pedagógico para o desenvolvimento de programas de recuperação que garantissem a aquisição das competências consideradas como pré-requisitos para a etapa posterior. O Brasil, ao definir metas para cada uma destas etapas e aumentar cada vez mais a transparência dos resultados para a sociedade, vem criando um círculo virtuoso de cobrança e prestação de contas.

Neste contexto, deve-se buscar sempre que possível o aperfeiçoamento do IDEB e a sua utilização para o monitoramento da melhoria da qualidade da educação do país, incluindo eventuais ajustes nas metas para buscar objetivos mais ambiciosos quando possível.

3.6 6º MACROTEMA – POLÍTICAS DE INVESTIMENTO

Finalmente, o último macrotema, que tem a ver com a utilização dos recursos destinados à educação. Para viabilizar o plano acima, será necessário rever a forma como o investimento é feito, a quantidade deste investimento e, mais importante de tudo, garantir o acompanhamento da efetividade e eficiência dos recursos. Três grandes propostas relacionadas à política de destinação de verbas foram formuladas neste contexto:

3.6.1 – Criação da Lei de Responsabilidade Educacional

Criação de uma lei vinculando o repasse de verbas públicas ao cumprimento de metas de aprendizagem dos alunos, à adoção de políticas indutoras e intervenções para a melhoria na qualidade do Ensino Básico pré-determinadas pelo Governo Federal. Além disso, é preciso o estabelecimento de mecanismos de responsabilização pelo não cumprimento de metas e programas, por meio da instituição de um regime de colaboração juridicamente constituído entre os entes federativos.

3.6.2 - Ampliação da Aplicação do FUNDEB

É preciso rever os critérios de aplicação do FUNDEB, possibilitando que organizações privadas sem fins lucrativos possam receber recursos públicos para administrar escolas mediante critérios pré-definidos (como descrito na proposta 3.3.3). Isso permitiria uma maior flexibilidade, inovação e competição no provimento de educação básica.

3.6.3 - Elevar o investimento governamental por aluno do Ensino Básico

Como já mencionado na introdução, o investimento *per capita* brasileiro por aluno é significativamente inferior tanto ao de países desenvolvidos como ao de países nos mesmos níveis de PIB que o Brasil. Adicionalmente, existe uma visão de que o governo, em especial federal, investe menos na educação básica do que deveria. Para viabilizar o plano descrito acima, será necessário um aumento no investimento por aluno do Ensino Básico. O quanto precisa ser aumentado ainda precisa ser detalhado, mas esta realocação de investimentos será fundamental para o sucesso de qualquer programa de melhoria de qualidade da educação básica.

Organizações Participantes (ordem alfabética):

- Casa do Saber
- Fundação Aprendiz
- Fundação Bradesco
- Fundação Educar
- Instituto Ecofuturo
- Instituto Natura
- Instituto Unibanco
- Parceiros da Educação